

Lula quer ministros como os 'melhores gastadores' de verbas



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o presidente Lula em reunião de ministros. *Peiro Lacerda/Politypress*

Lula pede a ministros que sejam 'melhores gastadores'

Declaração é dada em meio à rediscussão da meta para contas públicas em 2024

Renato Machado e Nathalia Garcia

BRASÍLIA. Em meio à discussão sobre a revisão da meta fiscal de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta-feira (3) que, para a Presidência, dinheiro bom não fica guardado no Tesouro Nacional, mas é transformado em obra.

O chefe do Executivo pediu aos ministros da área de infraestrutura — em presença do chefe da equipe econômica, Fernando Haddad — que eles sejam os "melhores gastadores do dinheiro em obras de interesse do povo brasileiro".

"A gente não pode deixar sobrar dinheiro que está previsto ser investido nos ministérios. A gente precisa colocar, transformar. Eu sempre digo que, para quem está na Presidência, dinheiro bom é dinheiro no Tesouro. Para quem está na Presidência, dinheiro bom é transformado em obra", disse.

"Se os ministérios forem bem, o Brasil vai bem. O governo vai bem, eu e o vice-presidente [Geraldo] Alckmin vamos bem. Se vocês não fizerem direito, o Brasil vai mal, eu e Alckmin vamos mal". Então, queremos que vocês sejam os melhores ministros desse país, os melhores executores desse

país, os melhores gastadores do dinheiro em obras de interesse do povo brasileiro. É para isso que estamos fazendo essa reunião", completou durante reunião ministerial no Palácio do Planalto.

No encontro desta sexta, Haddad brincou com os colegas, afirmando que eles só queriam ajudar Lula a investir em obras, mas precisavam ajudá-lo também, em referência à necessidade de segurar os gastos.

Naquele momento, rebatam participantes, a conversa já estava mais amena, mas ministros notaram um clima de distanciamento entre Costa e Haddad no começo da reunião. Os dois divergem sobre uma das principais bandeiras da Fazenda, que é a meta de déficit zero. Costa é crítico da meta e defende alterá-la.

Durante o encontro, Lula também pediu aos ministros que conversassem com as respectivas bancadas no Congresso para pedir alinhamento em relação à destinação de emendas parlamentares. O governo constatou que o volume de emendas impositivas é bastante elevado e parecido ao montante de dinheiro destinado ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para obras de infraestrutura.

Por essa razão, o presidente quer que haja um esforço para que os ministros convençam deputados e senadores a descontinuar as emendas a obras que são prioritárias para o Executivo federal. A ideia é dar uma ajuda aos gastos do governo e para que todos possam capitalizar politicamente com obras estruturantes.

Durante o encontro, evitou-se falar sobre o embate em torno da meta fiscal. O único que tocou no tema foi o ministro Renan Filho (Transportes), mas lateralmente.

Também participaram os ministros Silvano Costa (Portos e Aeroportos), Alexandre Silveira (Minas e Energia), Juscelino Filho (Comunicações), Walter Góes (Desenvolvimento Regional), Jader Filho (Cidades) e Paulo Fimmenta (Secom, Secretaria de Comunicação Social), além de Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Mdic (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

Lula repetiu fala de março de que dinheiro bom é aquele que é gasto em obra. Na ocasião, afirmou que os ministros Haddad e Simone Tebet (Planejamento) iriam arrumar dinheiro para realizar os investimentos, apesar do apertado orçamento federal.

A afirmação, contudo, ga-

“A gente não pode deixar sobrar dinheiro que está previsto ser investido nos ministérios. A gente precisa colocar, transformar. Eu sempre digo que, para quem está na Fazenda, dinheiro bom é dinheiro no Tesouro. Para quem está na Presidência, dinheiro bom é transformado em obra”

Lula em reunião com ministros, em Brasília

nhou novo significado depois que o ajuste fiscal voltou ao centro do debate e reforçou a preferência de Lula pelos gastos públicos e não pela eliminação do déficit.

Apesar disso, o ministro Rui Costa (Casa Civil) afirmou nesta sexta que não há possibilidade de aumento de gastos públicos, independentemente da decisão do governo sobre a meta fiscal.

"Independente da meta, o total de gasto com investimento mais custeio está dado. São duas travas que o orçamento tem. Isso já está definido lá, que é o percentual de 70% da receita dos últimos 12 meses, contados do meio do ano", afirmou Costa.

O ministro também acrescentou que não há uma "dicotomia" dentro do governo, entre uma ala mais gastadora e outra mais adepta das medidas de responsabilidade fiscal.

"Vi alguns artigos [na imprensa] tentando fazer um contraponto entre uma parte do governo que é gastadora e outra que é poupadora. Não há esse debate, não há essa dicotomia, porque não há nenhuma possibilidade de aumento de gastos, porque o arcabouço não permite", acrescentou o chefe da Casa Civil.

No dia 27 de outubro, o próprio Lula afirmou que o governo federal "dificilmente" cumpriria o alvo de déficit zero em 2024. Lula ainda acrescentou que a meta não precisava ser zero, contrariando o que vinha sendo defendido pelo ministro da Fazenda.

"Tudo o que a gente puder fazer para cumprir a meta fiscal, a gente vai cumprir. O que eu posso te dizer é que ela não precisa ser zero. (...)

Da não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras", disse o presidente, em resposta à Folha, durante café da manhã com a imprensa.

A fala de Lula causou reação negativa no mercado financeiro. A Bolsa brasileira despençou e o dólar subiu após as declarações. Taxas de contratos futuros de juros também avançaram.

Após a fala, ministros precisaram sair em defesa da responsabilidade fiscal do governo, embora evitando concentrar publicamente se haveria uma revisão. Argumentavam que a prioridade do governo seria aprovar medidas que aumentassem a arrecadação.

Como mostrou a Folha, integrantes do governo passaram a discutir o envio ao Congresso Nacional de mensagem com a revisão da meta de déficit zero das contas públicas. Ainda segundo integrantes do Palácio, a meta em debate seria de 0,5% para 2024. Mas pode ser reavaliada.

Na segunda-feira (3), Haddad evitou cravar a manutenção do alvo de zero e disse que poderia antecipar medidas de arrecadação de receitas previstas para o próximo ano para perseguir o ajuste fiscal.

"A minha meta [está] estabelecida. Vou buscar o equilíbrio fiscal de todas as formas justas e necessárias para que tenhamos um país melhor", disse. Na ocasião, Haddad negou descompromisso do presidente com a situação fiscal do país e disse que Lula não se esboçava a meta de zerar o déficit em 2024, mas constatando problemas herdados de governos anteriores.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 13